

HORTAS ORGÂNICAS: UMA PROPOSTA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

ORGANIC GARDEN: A PROPOSAL FOR PUBLIC POLICIES IN EDUCATION

Flávio Oliveira da Silva¹
Maylta Brandão dos Anjos², Sandra Lucia de Souza Pinto Cribb³,

¹Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro/Colégio Estadual Dr. Albert Sabin,
proflavius@yahoo.com.br

²Centro Universitário Plínio Leite/ Professora Mestrado em Ensino de Ciências de Saúde e do Ambiente e do Departamento de Nutrição, maylta@yahoo.com.br

³Centro Universitário Plínio Leite/Professora Mestrado em Ensino de Ciências de Saúde e do Ambiente e do Departamento de Nutrição, sandralucibb@yahoo.com.br

Resumo

As hortas orgânicas nas escolas do Rio de Janeiro não constituem nenhuma novidade, pois existem há algumas décadas. No entanto, as políticas públicas para a sua implantação e manutenção é que nos chama a atenção. Através deste trabalho procuramos discutir os caminhos trilhados pela agricultura ao longo da história desde o período mítico-religioso até o momento da utilização da ciência e a posterior discussão sobre a agricultura orgânica. Como decorrência da discussão anterior, investigamos como se deu o processo de adequação da rede municipal às exigências da sociedade, em particular na Zona Oeste. Observamos também a aplicação das legislações ambiental e educacional e a implantação e desenvolvimento da educação ambiental nas escolas da rede municipal do Rio de Janeiro, atendo-nos a preocupações dos teóricos da educação e de práticas propostas estabelecidas na Escola Municipal Ministro Alcides Carneiro no bairro de Campo Grande no município do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: horta orgânica escolar; política social; qualidade no ensino.

Abstract

The organic gardens in the public schools in Rio de Janeiro are no new as they exist since a few decades. However, the public politics to their introduction and maintenance is what attracts our attention. Through this paper we try to argue the beaten track by the agriculture through the history since the mythical-religious period until the moment the science started to be used and the later discussion about the organic agriculture. As a result of the previous debate, we researched the process of adequacy to the schools network in the town of Rio de Janeiro according to the society demand, in special at the actual West Side of the town. We still analyzed the suitability of the environmental and educational legislations and the introduction and development of the environmental education in the schools network in Rio de Janeiro according to the concerns of the theories of the education proposals applied in the Town School Ministro Alcides Carneiro - Campo Grande/Rio de Janeiro.

Key-words: school organic garden; social policy; quality in education.

Introdução

Durante toda a sua história, a humanidade se preocupou com a sua subsistência; inicialmente de maneira instintiva foi aos poucos imitando a natureza, para mais tarde elaborar e utilizar mecanismos definidos pela ciência. Muitas foram as etapas percorridas durante os três ciclos por nós delimitados. O homem mítico-religioso, o empírico e o científico.

O momento mítico religioso constituiu-se naquele momento histórico onde a humanidade prendeu-se à superstições, acreditando que estas promoveriam boas e fartas colheitas. Transferia-se para os deuses, semideuses e até para santos protetores, a responsabilidade dos efeitos do tempo, intempéries e, ainda, das propriedades físico-químicas do solo.

A segunda foi aquela na qual a humanidade passa a observar a natureza com mais cuidado e procurou imita-la, no sentido de alcançar resultados positivos nas suas práticas agrícolas.

O momento científico da agricultura propriamente dita é o que mais nos interessa, porque foi através do desenvolvimento da ciência que a humanidade percebeu o modo de produzir em larga escala.

No entanto, o próprio desenvolvimento da ciência, paradoxalmente, produziu malefícios incomensuráveis. A indústria prosperou, a população cresceu e se concentrou, a poluição surgiu, aumentou e, tornou-se a mais importante preocupação dos homens na atualidade.

Porém, da mesma forma que a ciência produziu efeitos deletérios, criou mecanismos de defesa da sociedade. A partir desta situação, a sociedade civil através da produção científica e dos seus institutos estabeleceu as formas de defesa do meio ambiente.

Uma das medidas acionadas pela sociedade foi o desenvolvimento da idéia de desenvolvimento sustentável, note-se que a sustentabilidade e crescimento sustentável são conceitos formulados e utilizados a partir da década de 80 do século XX, e tornaram-se um paradigma para a sociedade contemporânea.

Nos dias de hoje, através da educação formal, muitas consciências têm sido despertadas para a defesa do meio ambiente. Na rede de ensino da cidade do Rio de Janeiro, professores de diversas disciplinas ou componentes curriculares e, sobretudo, os de técnicas agrícolas têm se esmerado nesse mister.

Nessa pesquisa tratamos especificamente dos resultados produzidos nas atividades de técnicas agrícolas na Escola Municipal Ministro Alcides Carneiro, localizada em um bairro de Campo Grande na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. A associação das atividades desse componente curricular com a proposta de defesa do meio ambiente.

O projeto desenvolvido na escola aliou o desenvolvimento do espírito conservacionista ao ecológico. Nesse caso, respeitou-se a vocação ou potencialidade do solo, definido pelas suas características físico-químicas, propiciado pelo processo cultural vivido na comunidade. Certamente, o método dialético foi utilizado no processo de aprendizagem, como aqui está disposto. Segundo Freire (1989) acontece sobretudo através da busca de elementos das relações culturais do povo com o meio, utilizando informações que tragam concretamente para a relação de aprendizagem o dia-a-dia do educando e permitindo sua interação com o educador, neste momento, um aprendiz.

Procurando ajustar realidade das escolas públicas à legislação vigente e à proposta curricular da rede municipal, sem esquecer naturalmente dos pressupostos pedagógicos contidos na Agenda 21 e em outras declarações: a interdisciplinaridade, a

resolução de problemas e a contextualização das ações (PEDRINI, 2002), deram o tom da nossa pesquisa.

Assim, transitamos por várias formas de propostas para a política do ensino agrícola no ensino básico da cidade do Rio de Janeiro, tanto do ponto de vista burocrático quanto do pedagógico, até chegarmos às práticas desenvolvidas na Escola Alcides Carneiro observando as formulações legais, a nossa experiência profissional, a vontade dos diversos atores atuantes naquele espaço e utilizando as ferramentas pedagógicas propostas para a educação ambiental, através de oficinas pedagógicas realizadas em técnicas agrícolas.

Por conseqüência, entendemos que os trabalhos da forma como foram tratados e efetuados na Escola Alcides Carneiro, servem como um dos modelos para ser adotado pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro ou pelo menos pela 9ª CRE. Portanto, sugerimos que este modelo pedagógico seja adotado como uma vertente da política pública da SME/RJ. Porém, a iniciação do alunado ao tema, deve ser anterior ao processo por a abordar as dimensões críticas do desafio ecológico de uma forma importante. (HUTCHISON, 2000)

De fato, os alunos que têm origem nas áreas de produção agrícola ou já vivenciaram na escola do 1º segmento do ensino fundamental alguma experiência dessa natureza são mais afeitos à discussão do assunto. Por esse motivo, as especulações de diversos teóricos da educação ambiental pressupõem que

“práticas desenvolvidas pelo sujeito no dia-a-dia a partir do saber de alguma maneira já formulado, como elementos de sua cultura, necessitam ser apropriados com nova dimensão” (RUCHENSKY, 2002:21).

Ao nos referirmos ao espaço físico, recomendamos que inicialmente, a política seja adotada nas escolas de horário integral que os possuem em quantidade suficiente para uma boa aplicação. Gradativamente, a política de educação ambiental nas escolas seria ampliada, adequando-a às realidades comunitária e física de cada unidade escolar.

A cidade do Rio de Janeiro, pela política a ser implementada, tornar-se-ia um modelo a ser adotado pelas demais cidades brasileiras, tendo em vista o seu enorme contingente de alunos e de professores, sobretudo, por ser a maior rede de ensino da América Latina.

Portanto, a hipótese que desenvolvemos da utilização da mão-de-obra sub-aproveitada dos professores de técnicas agrícolas, na implementação de projetos interdisciplinares dirigidos à questão ambiental, foi confirmada como exequível, pela elaboração, execução e sucesso do projeto apresentado.

Em síntese, abordamos a agricultura nas suas formas de manifestação ao longo da história e alguns dos seus principais estudiosos. As possibilidades de implantação do projeto em diversas unidades escolares convencionais, tanto pelo aspecto das condições físicas quanto legais e, finalmente, o projeto da Escola Alcides Carneiro e as impressões dos atores nele envolvidos, que nos levaram à conclusão de termos alcançado os objetivos propostos na íntegra: desenvolver projeto interdisciplinar; aproveitar mão-de-obra ociosa; desenvolver o espírito crítico da comunidade escolar, quanto ao sócioambiente.

A trajetória da agricultura orgânica e os profissionais das ciências agrárias

O pensamento humano evoluiu, no sentido de satisfazer sua necessidade de produzir alimentos, conservar a natureza e de utilizar a educação como instrumento para lograr alcançar estes objetivos. A humanidade passou por etapas e nestas foi

construindo um novo pensar, um novo compreender, um novo agir, enfim, um novo olhar, realizando buscas constantes e permanentes, passando pelo senso comum chegando até à ciência. Considerou desta forma, a necessidade de utilizar o principal instrumento de controle social, a educação, pela capacidade desta de introduzir na sociedade e de introjetar no indivíduo normas e valores sociais.

Vemos, na experiência da cidade do Rio de Janeiro, essa realidade tornar-se concreta, objetiva, desde as escolas propostas por Anísio Teixeira, nas escolas rurais, nos centros interescolares, nos pólos de educação pelo trabalho e nas escolas isoladas, dotadas de salas ambientes para a implementação de atividades do ensino agrícola e cultivo de plantas, fundamentalmente na agricultura orgânica.

Ainda no campo da educação, temos as escolas de horário integral, que se tornaram um marco divisório na educação pública no nosso estado e no município do Rio de Janeiro. Essas escolas, que não são novidades na Europa, América do Norte e, em alguns países da Ásia, no Brasil tornaram-se referência e em virtude disso, motivo de desprezo incontido das elites, do mesmo modo que os trabalhadores e as minorias sociais e étnicas do nosso país, sempre o foram.

Assim, a partir da tomada de posição e da opção pela adoção de uma política de ação racional na utilização dos recursos naturais, da reciclagem, da reutilização de materiais sólidos e, sobretudo, da implementação da agricultura orgânica, fonte de preservação da saúde humana e da preservação do ambiente natural, temos a conjunção de fatores que certamente nos levarão a sustentabilidade.

Depreendemos que com a conquista de jovens consciências através do processo formal de educação, atingiremos a almejada busca, ou seja, a educação pode ser e ter papel relevante na conquista dos nossos objetivos. No entanto, a mesma necessita de política e de políticos desprendidos, de forte convicção e, sobretudo, de compromisso com as gerações futuras.

O caminho trilhado visa abandonar o ilusionismo, a ação sofismática e atingir a verdadeira fonte da razão, assim como diria Platão, na sua alegoria “O mito da caverna”; que serve para explicar o processo de desenvolvimento do conhecimento.

Contudo, apenas citamos a referência platônica, como instrumento para esclarecimento do estágio que a sociedade se encontra no que se refere aos conhecimentos sobre meio ambiente, ecologia e desenvolvimento sustentável. Porém, entendemos que para atingirmos a condição de atores efetivamente capazes de transformar a realidades, devemos nos utilizar da lógica e da dialética hegeliana, esta sim, capaz de proporcionar mudanças radicais e concretas.

No nosso entender, através da educação, podemos formar indivíduos que saibam distinguir as sombras da realidade e, agir na direção da construção de uma sociedade mais conseqüente em seus atos, esse é o papel da escola cidadã que julgamos Paulo Freire e Darcy Ribeiro terem concebido e realizado.

Análise da legislação ambiental e educacional e da multieducação

Este item trabalha as implicações sócio-educacionais da prática da Educação Ambiental nas escolas do nível fundamental, tanto no primeiro quanto no segundo segmento, a partir dos subsídios legais.

O nosso desafio não se constitui em adequar o projeto a ser desenvolvido à legislação e a todos os parâmetros norteadores da educação fundamental. Esta problemática torna-se praticamente inexistente quando dispomos do material necessário e encontramos elementos dispostos a contribuir na implantação e implementação do projeto.

Na Escola Alcides Carneiro, já havia uma infra-estrutura básica para implantarmos a proposta, o quadro de professores de Técnicas Agrícolas, os professores dos outros componentes curriculares estavam, em sua maioria, de acordo com o projeto. A direção da escola apoiava e procurava incluir todos os outros segmentos. Portanto, estávamos com os principais instrumentos à nossa disposição.

Viabilizamos nossa proposta utilizando-nos dos pressupostos dos instrumentos legais, adequando as atividades de Técnicas Agrícolas com as demais da grade curricular. Vejamos: tratamos o projeto com o projeto com o princípio da interdisciplinaridade, envolvemos todos os segmentos da comunidade escolar, tivemos apoio da direção da escola.

Trabalhar a consciência crítica da juventude não se constitui dificuldade, quando estamos dispostos a pensar e agir em grupo, buscando o interesse da coletividade. Ao se tocar em temas tão “fortes” como fome, miséria e exclusão social, em uma região outrora grande produtora de alimentos: poluição e preservação do meio ambiente geram grande interesse nos alunos, nos pais e responsáveis.

Todos parecem ter a percepção da gradativa perda de qualidade de vida, inclusive os jovens, que vêm aos poucos, suas áreas de lazer serem extintas gradativamente. Esse talvez seja o principal motivo do engajamento dos jovens em projetos ambientais, pois os toca diretamente. Já os pais e responsáveis, apesar de pequeno grau de instrução, percebem facilmente a necessidade da preservação do ambiente, pois vêm os resquícios da Mata Atlântica onde a maioria reside, sendo totalmente devastado e os mananciais de água potável secando exatamente por esse motivo.

Portanto, considerando os pressupostos dos instrumentos analisados, a realidade social na qual estamos inseridos e a necessidade premente de adotar uma posição de enfrentamento às questões socioambientais que estamos vivenciando, temos uma tarefa árdua, porém, certamente abraçada pela sociedade civil organizada, pelas famílias e pelas instituições sociais. Essa convicção nos torna confiantes na vitória da fauna e da flora e, por conseguinte, do planeta.

Em decorrência do trabalho desenvolvido na referida escola, cremos que a legislação em vigor satisfaz as atuais necessidades da sociedade. Portanto, há a possibilidade real de se realizar projetos educacionais multidisciplinares, viáveis e efetivamente compatíveis com as necessidades sociais e com bem estar comum.

O espaço escolar e a construção de hortas

*“É necessário promover grande remembramento dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, dos conhecimentos derivados das ciências humanas para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas”
(Morin, 2002).*

Essa assertiva busca levar em consideração que o ser humano não é apenas um ser biológico, mas, também, psíquico, social, religioso, econômico e filosófico. Portanto, ao tratarmos da educação, devemos integrar essas diversas dimensões humanas e não as fracionarmos, e as tratar de forma segmentada.

Entretanto, a realidade que encontramos nas escolas é o fato de que os diversos componentes curriculares ou disciplinas são dispostos no currículo ou no plano político pedagógico de forma independente, sem articulação. Algumas vezes, os componentes ou disciplinas até encontram-se no plano pedagógico de forma articulada, no entanto, na quase totalidade das vezes, na prática, a aplicação dos mesmos se dá segmentada.

Ao nos depararmos com essa realidade, procuramos estabelecer uma proposta integradora das atividades de técnicas agrícolas. A proposta desenvolvida, apesar das contingências socioeconômicas da sociedade ocidental, da ciência e da educação, sobretudo, da anteriormente chamada formação especial e hoje compreendida como manualidades, na rede municipal de educação, onde estes componentes curriculares devem ser dispostos e apresentados através de oficinas, fomos buscar pontos de convergência e mecanismos de interação com os outros componentes curriculares e com todos os segmentos da comunidade escolar.

O trabalho em equipe torna o ambiente mais apropriado às discussões e mais afeito concretamente às realizações objetivas. Note-se, que a efetiva participação do aluno dá a este elemento do espaço educativo, a oportunidade de torná-lo sujeito da construção da sua história, da sua comunidade e, por extensão da sociedade em que vive.

Partindo do princípio de que a escola deva ser o maior símbolo de uma comunidade, está compreendida como elemento essencial da vida social onde se organizam as minorias étnicas, raciais e religiosas e, de defesa do regionalismo que emerge em meio à sociedade que se globaliza (COSTA, 1997). Desta feita, a escola como elemento agregador dos anseios de uma comunidade, que diante dos fundamentos da sociedade em que vivemos busca consolidar e/ou resgatar valores sociais, ou seja, esta mesma comunidade vive um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que busca manter seus valores, está inserida no processo social chamado de mobilidade social, considerada pelos teóricos marxistas como um meio de cooptação que as classes sociais mais elevadas promoveriam entre as subalternas, para criar vínculos e a ilusão de uma sociedade aberta.

Além dos aspectos já considerados, há a observância de postulados essenciais à vida saudável de que a cidadania ecológica globalizada implica na clara noção de direitos, deveres e responsabilidades cívicas, envolvendo a busca de uma sociedade sustentável e uma ecocidadania plena. (LOUREIRO, 2002).

Observando-se os paradigmas considerados neste e, especialmente, as considerações acerca da ecocidadania, a participação plena da comunidade tornou-se inevitável e, acima de tudo, estimulante e proveitosa.

A metodologia utilizada

A pesquisa foi de cunho qualitativa, com abordagem de observação direta e participante, realizada na Escola Municipal Ministro Alcides Carneiro, e de caráter experimental. De acordo com os campos de atividades humanas abordadas a pesquisa foi interdisciplinar, à medida que se propôs a interferir na educação, saúde e processos econômicos, políticos e sociais, desenvolvido através de um processo de estudo fundamentado na historicidade, tendo resultados aplicados essencialmente na educação, dados objetivos e censitários, visando à construção de modelo de educação ambiental.

A fundamentação teórica está configurada em parâmetros conceituados por educadores como: Piaget, Vygotsky, Freinet e Freire e nos educadores ambientais como Freire Dias e Pedrini, Loureiro, entre outros, que preconizam ações coletivas para tais empreitadas.

Os sujeitos do processo

Professores, alunos, funcionários de apoio, pais e responsáveis tornaram-se os sujeitos do processo, na medida em que foram os responsáveis diretos pela elaboração, execução e avaliação do mesmo. Cada segmento envolvido na pesquisa, teve a sua incumbência específica, com tarefas explícitas e distintas.

Coube aos professores dos componentes curriculares propedêuticos, assim como aos professores das oficinas de manualidades (TC e EL), testar a possibilidade de aplicação da interdisciplinaridade nas suas lides diárias com os alunos, sendo que especificamente ao professor de Técnicas Agrícolas a implementação das atividades práticas.

Os alunos, em conjunto com os professores de Técnicas Agrícolas, implantaram o projeto, nos chamados setores da hidropônica, olericultura, jardinocultura, plantas medicinais e reflorestamento. Portanto, coube ao professor de Técnicas Agrícolas transferir a apropriação dos projetos a estes, que o assimilaram e desenvolveram e, ainda, introjetaram a proposta inicial de tornarem-se participantes ativos da vida social, engajados nas lutas pela preservação do meio ambiente a investirem na proposta de uma sociedade menos desigual.

Quanto aos funcionários de apoio, tiveram participação acessória nas diversas etapas do processo, no que se refere, especialmente, ao fornecimento de insumos para adubação que foram os restos da cozinha e preparo de alimentos, organização dos alunos e limpeza do ambiente. Estas atividades foram de grande importância, pois possibilitaram a integração de segmentos muitas vezes desprezados no contexto escolar.

O entusiasmo dos pais e responsáveis em participarem com suas crianças reforçou a nossa convicção de que o estreitamento dos laços entre família-comunidade e escola (algo que buscávamos há algum tempo), produziria resultados altamente positivos e recompensadores para as ações propostas pelos educadores. E estes resultados surgiram: o desempenho escolar dos alunos melhorou, a evasão diminuiu e a escola passou a ser como que um dos centros de referência da comunidade, como deve ser em todas as comunidades, pois nela congregam sujeitos de todas as classes sociais, não obstante a maioria esmagadora de trabalhadores credos e etnias.

Ressaltamos que todo esse processo não seria exequível, não fosse o interesse e empenho da direção da unidade escolar, que ao convocar professores para a execução do projeto, envolveu também a coordenação pedagógica que subsidiou, junto com o professor de Técnicas Agrícolas, a elaboração teórica da proposta, de acordo com os postulados educacionais em voga e, o segundo na proposta acerca de educação ambiental.

A Escola Municipal Ministro Alcides Carneiro

Inaugurada em 20 de março de 1978 e com concepção arquitetônica voltada para as necessidades estabelecida pela Lei 5692/71, ou seja, considerando que a Lei preconizava a implantação da Formação Especial no currículo escolar do antigo 1º grau, a escola Alcides Carneiro foi uma das primeiras unidades escolares da região a se destacar no ensino de formação especial e, especialmente, das técnicas agrícolas.

A escola estava, a princípio, dotada de todos os recursos materiais para o seu funcionamento, possuindo ferramentas, máquinas e equipamentos e, até entre seus bens móveis, um microtrator e, ainda farto material de reposição e insumos para as atividades da formação especial.

No que se refere a lotação de pessoal, no seu primeiro ano de funcionamento, a escola recebeu quatro professores para cada componente da formação especial licenciados em Instituições Públicas de Ensino Superior, além de quarenta e seis professores para o ensino propedêutico.

Nesse período, as Técnicas Agrícolas gozavam de prestígio junto às autoridades educacionais, pois não lhe faltava material, nem pessoal fato que proporcionava excelentes resultados nas atividades práticas e grande poder de atração de alunos a cada

período, espontaneamente, optavam pelas aulas desse componente, muitos deles estimulados pelos seus responsáveis, agricultores de bairros próximos à escola.

De 1978 até o presente, muitas transformações ocorreram. Diversas alterações curriculares foram propostas e algumas realizadas. A política de pessoal, a cada sucessão eleitoral, foi tomando novo rumo. Chegamos aos dias de hoje, sem que mais nenhum concurso tenha sido realizado para o preenchimento das vagas dos professores que se aposentaram ou tenham tomado outro rumo qualquer e, não estejam mais nos quadros da prefeitura.

Como decorrência dessa nova política de pessoal e de educação, a escola Alcides Carneiro chega hoje à lotação de setenta e oito professores, sendo apenas um professor de técnicas agrícolas, três de educação para o lar e nenhum de artes industriais. Possui apenas oito funcionários de apoio entre merendeiras, inspetores de alunos e agentes de administração e, quatro funcionários da COMLURB para a limpeza. Esse pessoal é responsável por oitocentos e sessenta alunos, da quarta à oitava série do ensino fundamental em dois turnos escolares. Isto significa, portanto, que a referida escola está atualmente com falta de pessoal qualificado para o ensino de técnicas agrícolas e com falta de recursos materiais, para o bom desenvolvimento das atividades relativas a esse componente curricular. Todas as atividades são realizadas através de materiais improvisados e adaptados ou, ainda, com material desgastado, pois ainda é fruto da compra realizada para a inauguração da escola, há 27 anos passados.

Registramos em nossas consultas ao arquivo da unidade escolar o acréscimo quantitativo de alunos a partir da sua inauguração até a presente data. No entanto, no que se refere ao atendimento da formação especial ou manualidades, o crescimento no atendimento se deu até 1966; porém, a partir desse ano foi diminuindo. Houve um crescimento no atendimento da escola à comunidade no aspecto geral, enquanto que nas manualidades, houve regressão.

Depreendemos então, que algumas orientações do nível central da Secretaria Municipal de Educação (SME) e a sua política para as manualidades foi levando-as ao segregacionismo e a marginalidade.

Mais grave ainda, foi a retirada do componente técnicas agrícolas da grade curricular, tornando-se opção em horário alternativo para os alunos. Como decorrência dessa política e com a crescente urbanização da região e a conseqüente extinção das áreas de produção agrícola da mesma, há um crescente desinteresse do alunado pelas atividades propostas em técnicas agrícolas, pois os mesmos estão a cada dia, mais envolvidos pelos apelos da vida cosmopolita.

A escola Ministro Alcides Carneiro teria então uma opção para desenvolver junto aos alunos com professor que restou. Poderia desenvolver um projeto de educação ambiental. Foi o que se buscou. A construção de hortas orgânicas, ou seja, que se baseiam na rotação e consorciamento de culturas, utilização de adubação verde, de compostos orgânicos, de cobertura morta sobre o solo, além de controle de pragas por receituário não poluente e agressor do ambiente, foram a tônica dos trabalhos na escola.

Porém, a questão de falta de recursos financeiros e a desarticulação da coordenadoria e do nível central da SME proporcionariam um redundante fracasso, caso não houvesse articulação entre os professores da escola com a proposta pedagógica.

Concluimos, então, que não há política definida para a educação ambiental na rede pública municipal, para as escolas da rede à exceção dos pólos de educação pelo trabalho.

Ao estender a pesquisa sobre todos os trabalhos desenvolvidos pela escola desde a sua inauguração até o presente, verificamos que as atividades de técnicas agrícolas tiveram um momento muito profícuo que aconteceu entre 1978 e 1995. Deste momento

em diante, começou o período de desvalorização dos professores e, conseqüentemente, do componente curricular, através da retirada deste do núcleo curricular da prefeitura, da falta de reposição de material permanente e de consumo e, finalmente, da falta de concurso público para preenchimento das vagas dos professores que se aposentaram ou deixaram, por outro motivo qualquer, as atividades docentes.

Ressalta-se que na escola Alcides Carneiro, o cultivo de hortaliças pelo método tradicional e em hidroponia, assim como a produção de mudas de plantas ornamentais e de essências florestais nativas, como, por exemplo, sibipiruna, pau-ferro e pau-brasil, é uma realidade. Os professores em atividade na escola, em conjunto com os professores dos componentes curriculares propedêuticos, das equipes de direção, supervisão pedagógica, orientação educacional e, também dos funcionários de apoio, sobretudo as merendeiras, realizaram um trabalho de sensibilização dos alunos, que os mesmos desenvolveram com prazer as atividades de técnicas agrícolas, ou seja, estavam em sintonia com as propostas dos grupos de cultivos de hortaliças orgânicas.

Um dos aspectos mais relevantes do desenvolvimento dessas atividades é a participação de pais e de outros elementos da família do aluno, em tarefas realizadas, muitas vezes, em finais de semana. Por conseguinte, se não houvesse denodo por parte dos professores da escola, dificilmente o projeto daria resultado.

O início da execução da pesquisa

O trabalho de sensibilização se deu através da projeção de filmes, palestras de ambientalistas entre outras formas possíveis. A seguir, a mobilização ou a organização dos grupos de ação nas atividades agrícolas, foi realizada através da inscrição dos alunos com a devida autorização dos responsáveis. O momento seguinte foi de reconhecimento da área de trabalho, do ferramental, das sementes, mudas e até do processo de fertilização e preparo geral do solo para início do cultivo e preparo das mudas. Como momento final, tivemos o plantio e tratos culturais e, por fim a colheita e plantio das mudas das plantas ornamentais.

Paralelamente a essas atividades, tivemos o cultivo hidropônico que também foi realizado pelos mesmos grupos do cultivo tradicional. A hidroponia é mais um forte estímulo ao cultivo sem uso de agrotóxicos e uma referência ao uso da tecnologia na agricultura. É necessário deixar claro nessas linhas, que há uma dificuldade inicial dos alunos compreenderem a necessidade do uso da tecnologia nas atividades primárias da economia, em razão de uma crença de que o conhecimento do senso comum, assim como o pensamento mítico, é uma realidade no ambiente das nossas crianças. Para eles, a tecnologia deve estar presente nos outros setores da economia, não na agricultura, onde seria dispensável a aplicação de novas tecnologias e o aprofundamento científico, pois nas terras dos pais, avós e amigos deles, as técnicas tradicionalmente usadas, de acordo com a compreensão deles, vem dando certo há dezenas de anos.

Entretanto, independente, independente das concepções conservadoras dos pais e alunos do nosso ambiente escolar, tínhamos em mente o pressuposto de que a improdutividade do latifúndio, que dedicou a lavoura pouco mais da décima parte das terras que ocupava, e do minifúndio, que tentava fazer milagre com o que dispunha, eram visíveis as causas visíveis do empobrecimento do país e do êxodo rural.

No entanto, se faz necessário ressaltar que o processo de urbanização do Brasil não se deu apenas por essa questão. A crescente influência dos meios de comunicação sobre vastas camadas da população, sobretudo no ambiente rural, também teve forte influência nessa questão. Fazemos mais essa consideração, a fim de não reduzirmos a nossa análise apenas a uma situação estrutural da nossa sociedade. Há que se considerar ainda, questões de natureza conjunturais. Contudo, estamos convictos de que o processo

migratório para as cidades, não obstante possuir fatores complementares, certamente teve no empobrecimento das áreas rurais, especialmente no minifúndio, suas causas mais reais, concretas e objetivas.

O projeto desenvolvido na escola

A partir da constatação de que os recursos materiais e humanos disponíveis na Escola Alcides Carneiro seriam suficientes para desenvolver um projeto ambiental, tendo como ponto de partida a confecção de uma horta orgânica e desdobrando-o em outras atividades afins, iniciamos nossas atividades.

Como ação norteadora de todo o projeto, definimos que o mesmo seria implementado através de oficina de técnicas agrícolas, em virtude de existir na escola profissional habilitado em tal disciplina, nesse caso chamado de componente curricular.

O projeto deveria obedecer rigorosamente aos preceitos estabelecidos para o ensino de educação ambiental, quais sejam: coletivo; trabalhado em todos os componentes curriculares; ou seja, multidisciplinar; envolver a comunidade e todos os segmentos da escola; abordar o aspecto socioambiental – o compromisso e a responsabilidade da comunidade da comunidade com o ambiente com o ambiente; plural e, sobretudo, articulado com os processos migratórios, portanto, com os fatores provocadores da fome e da miséria, enfim, compromisso com a vida.

Levantamos todo o material necessário à implementação de uma horta orgânica, listamos os professores interessados em participar, convidamos pais e responsáveis, conclamamos os funcionários de apoio e, por fim, abrimos inscrições para participação dos alunos. Como atividades e objetivos a serem alcançados pelos componentes curriculares à disposição na escola estabelecemos conteúdos de cada disciplina que estivessem articulados entre si. Desta forma houve a possibilidade de integração com todos os componentes curriculares da escola. Tal abordagem conferiu ao projeto um caráter multidisciplinar.

Os alunos participantes das oficinas de Técnicas Agrícolas eram de turmas e séries distintas e engajaram-se espontaneamente nas atividades, em horário oposto ao das suas aulas rotineiras, o que por um lado tornava-se elemento facilitador da implementação do projeto porque alguns emendavam suas aulas com as atividades da oficina e, por outro lado, complicador, pois levavam muitos deles a terem que ir às suas casas e voltarem para as atividades.

As atividades para os pais e responsáveis foram desenvolvidas em conjunto com grupos de alunos e ocorriam em um sábado de cada mês, tendo sido de bastante importância para os bons resultados do projeto, dado o empenho e satisfação dos participantes.

Outro aspecto a ser registrado, refere-se à destinação dos produtos colhidos na horta, como também, de todas as culturas e técnicas como a hidroponia. Parte da produção era consumida na própria escola, algumas vezes na merenda de toda a unidade escolar, outras para consumo dos alunos das oficinas em atividades de Educação para o Lar e, ainda, outras vezes, levadas para as residências dos alunos.

Enfim, além da abordagem multidisciplinar do projeto, atendendo ao disposto nos PCN, ou seja, tratado como transversal, as atividades desenvolvidas na horta e, conseqüentemente, do meio ambiente, também serviram como instrumento para alimentação de boa qualidade, de redução dos custos da alimentação das famílias dos alunos, aumentando a qualidade nutritiva da alimentação dessas famílias.

Considerações finais

Nas décadas de 50 e 60 do século XX, muitas escolas do Distrito Federal (atualmente Rio de Janeiro) eram denominadas Escolas Rurais, particularmente as situadas em Jacarepaguá e de Bangu até Santa Cruz. Essas regiões eram produtoras de hortifrutigranjeiros e, de Campo Grande até Santa Cruz, conhecidas como o Sertão Carioca. Portanto, em algumas escolas públicas, e privadas, experiências de agricultura orgânica foram desenvolvidas.

A partir da década de 70, as técnicas agrícolas tomaram novo impulso em decorrência da instituição da Lei 5692/71, que propunha a inclusão no currículo escolar do primeiro grau, nas quintas, sextas, sétimas e oitavas séries de componentes curriculares para sondagens de aptidão e iniciação para o trabalho. Dentre esses novos componentes curriculares estava incluso as técnicas agrícolas.

Nesse momento histórico começou a se dar uma série de experiências em escolas do Rio de Janeiro que se revelaram bastante proveitosas para a formação de novas gerações comprometidas com um novo “modus vivendis” e um novo olhar para o mundo. A agricultura que esses professores desenvolveram era natural.

Concomitantemente ao curso de licenciatura curta em Artes Práticas, habilitando profissionais para o exercício do magistério em técnicas agrícolas realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a prefeitura construiu sete escolas com a arquitetura apropriada para atender às exigências da lei. Mas ainda dotou outras unidades escolares de recursos materiais para o desenvolvimento pleno da nova proposta curricular. Dentro dessa perspectiva criou os centros interescolares. Escolas que funcionariam apenas como pólos de formação especial e, que receberiam os alunos das unidades escolares de uma determinada região para complementar as atividades curriculares.

Teoricamente, estávamos revivendo uma proposta de educação defendida a princípio pelo eminente educador Anísio Teixeira. Vivenciava-se a proposta das escolas-classe e das escolas-parque que o professor Teixeira formulou e implementou no Rio de Janeiro, na década de 30, quando no exercício da função de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal no governo de Pedro Ernesto. Ressalte-se que foram estabelecidas profundas mudanças na concepção original dessa prática educativa. No entanto, os Centros Interescolares cumpriam bem o seu papel naquele histórico.

Experiência semelhante e bem sucedida desenvolveu a professora Terezinha Éboli na região dos alagados, em Salvador na Bahia. A particularidade dessa experiência, é que se tratava de uma escola experimental, criada para atender jovens das classes populares da periferia da capital baiana. Essa escola, que não era seriada, serviu como modelo e inspiração a muitos educadores para suas práticas docentes, sobretudo, no que se refere à atitude e defesa da democracia na escola e na sala de aula.

Hoje, com a mudança da Lei de Diretrizes e Bases de Educação, Lei 90463 (Lei Darcy Ribeiro) o ensino das técnicas agrícolas já não é mais obrigatório no ensino fundamental. No entanto, o fomento e o ensino de educação ambiental são preconizados. Por isso, ainda restam algumas experiências bem sucedidas em algumas escolas da jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação do município do Rio de Janeiro da região que abrange desde os bairros de Santíssimo, Senador Vasconcelos, Campo Grande (do Mendanha ao Rio da Prata – zonas de produção agrícola) e Inhoaíba, a 9ª CRE. Nas escolas encontramos as seguintes práticas: produção de mudas de plantas ornamentais e hortaliças; reflorestamento; minhocário (produção de húmus produzido por minhocas a partir de restos orgânicos); tratamento paisagístico com plantio de árvores e em uma delas apenas aulas teóricas.

Compreendemos, então que praticamente não existe nenhum trabalho organizado de âmbito geral, dirigido pela Secretaria Municipal de Educação ou pela

Coordenadoria para difundir o pensamento ambientalista junto à juventude. Denotando assim um dos maiores problemas, a implantação de políticas públicas permanentes.

A implantação de um projeto de confecção de hortas escolares orgânicas na rede municipal do Rio de Janeiro certamente traria conseqüências muito auspiciosas, porquanto ser esta a rede pública de ensino mais extensa da América Latina. Logo, as repercussões seriam correspondentes à magnitude desta, que possui quantitativo muito expressivo de professores, alunos e funcionários de apoio. Cremos, que esta proposta se implementada, certamente serviria de modelo para muitos outros sistemas de educação.

Referências bibliográficas

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a Ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.

FREIRE, Paulo; PICHON, Rivierer. **O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon Riviere**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERREIRA, L.da C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo, Bomtempo, 1998.

HUTCHISON, Davi. **Educação Ecológica: Idéias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Sociedade e Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgard. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

PEDRINI, Alexandre de G. (org). **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis:Vozes, 2002.

RUCHENSKY, A. e colaboradores. **Educação ambiental: abordagens múltiplas**: Porto Alegre: Artmed, 2002.